

**Políticas do sexo e sua relevância no debate
contemporâneo sobre sexualidade**

*The politics of sex and its relevance in the
contemporary debate on sexuality*

Leonardo Bruno da Silva NASCIMENTO¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a obra Políticas do Sexo, de Gayle Rubin, destacando sua relevância para a compreensão da sexualidade como uma construção social, histórica e política. Partindo da crítica às concepções essencialistas, o trabalho discute a noção de hierarquia sexual proposta pela autora, evidenciando como determinadas práticas e identidades são valorizadas ou marginalizadas a partir de normas sociais e relações de poder. Além disso, o artigo articula essa perspectiva com a construção histórica do gênero feminino, analisando os processos de subalternização das mulheres ao longo do tempo e seus impactos na organização da sexualidade. Também são abordadas as resistências contemporâneas à difusão dos estudos de gênero, especialmente no contexto brasileiro. Por fim, discutem-se os limites da teoria de Rubin à luz de abordagens mais recentes. Conclui-se que, apesar de suas limitações, a obra permanece fundamental para a análise crítica das relações entre sexualidade, gênero e poder.

Palavras-chave: Sexualidade. Gênero. Hierarquia sexual. Feminismo. Poder

Abstract

This article aims to analyze the work Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality, by Gayle Rubin, highlighting its relevance for understanding sexuality as a social, historical, and political construction. Based on a critique of essentialist perspectives, the paper discusses the concept of sexual hierarchy proposed by the author, showing how certain practices and identities are socially valued while others are marginalized. Furthermore, the article connects this perspective to the historical construction of the female gender, analyzing processes of subordination and their impact on sexual norms. It also addresses contemporary resistance to gender studies, especially in the Brazilian context. Finally, it discusses the limitations of Rubin's theory in light of more recent approaches. The study concludes that Rubin's work remains a key reference for critically understanding the relationship between sexuality, gender, and power.

Keywords: Sexuality. Gender. Sexual hierarchy. Feminism. Power.

¹ Especialização em Docência e Prática da História do Brasil e em Sociologia, pela Faculdade Focus/Paraná.
E-mail: Prof.leonardobruno@outlook.com

Introdução

A obra *Políticas do Sexo*, da antropóloga norte-americana Gayle Rubin, configura-se como um marco fundamental nos estudos de gênero e sexualidade ao propor uma inflexão teórica significativa na forma como a sexualidade passou a ser compreendida nas ciências humanas. Ao reunir ensaios que problematizam a organização social da sexualidade, Rubin desloca o debate de uma perspectiva biologizante para uma análise que evidencia o papel das estruturas sociais, culturais e políticas na produção das normas sexuais e na regulação dos corpos.

Ao afirmar que “o sexo é sempre político” (RUBIN, 2017), a autora chama atenção para o fato de que as práticas, identidades e desejos sexuais não se constituem em uma esfera neutra ou natural, mas são atravessados por relações de poder que operam de maneira muitas vezes invisível, porém profundamente eficaz. Essas relações definem o que é considerado legítimo, aceitável ou desejável em termos de comportamento sexual, ao mesmo tempo em que marginalizam, silenciam ou estigmatizam aquilo que escapa aos padrões dominantes.

Nesse sentido, a sexualidade deve ser compreendida como um campo de disputas simbólicas e materiais, no qual se articulam interesses políticos, valores culturais e ideologias normativas. No contexto contemporâneo brasileiro, marcado por intensas polarizações e pelo fortalecimento de discursos conservadores, essa abordagem torna-se ainda mais relevante, pois permite compreender os conflitos em torno dos direitos sexuais, da diversidade e da educação de gênero.

O presente artigo tem como objetivo aprofundar a análise da relevância do pensamento de Rubin no cenário contemporâneo, articulando suas contribuições com o debate sobre teoria queer, com a construção histórica do gênero feminino e com os desafios enfrentados pela difusão dos estudos de gênero na atualidade. Busca-se, ainda, evidenciar como a inferiorização histórica das mulheres se conecta com a organização das hierarquias sexuais e com os mecanismos de controle social que ainda persistem.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e analítico. A metodologia adotada baseia-se na revisão de literatura, com

ênfase na obra *Políticas do Sexo*, de Gayle Rubin, bem como em autores que dialogam com a temática da sexualidade, gênero e poder.

A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender fenômenos sociais complexos, como a construção da sexualidade e das identidades de gênero, os quais não podem ser reduzidos a dados quantitativos. A análise foi conduzida a partir da interpretação crítica dos textos, buscando identificar conceitos centrais, categorias analíticas e articulações teóricas.

Além disso, foram incorporadas contribuições de autores brasileiros, com o objetivo de contextualizar a discussão no cenário nacional, considerando suas especificidades históricas e sociais.

Sexualidade, gênero e construção social

A obra de Gayle Rubin insere-se em um campo mais amplo de estudos que problematizam a sexualidade enquanto construção social. Nesse sentido, é importante situar seu pensamento em diálogo com autores clássicos e contemporâneos.

Michel Foucault (1988) foi um dos primeiros a demonstrar que a sexualidade não é um dado natural, mas um produto de discursos e práticas sociais. Sua análise do poder como algo difuso e presente nas relações sociais influenciou profundamente Rubin.

Simone de Beauvoir (1949), por sua vez, contribui para a compreensão do gênero ao afirmar que a condição feminina é construída socialmente, e não determinada biologicamente. Essa perspectiva é fundamental para compreender a inferiorização histórica das mulheres.

Judith Butler amplia esse debate ao propor a teoria da performatividade, segundo a qual o gênero é continuamente produzido por meio de práticas sociais. Já autores brasileiros, como Guacira Lopes Louro e Berenice Bento, destacam as especificidades do contexto nacional, especialmente no que se refere às desigualdades estruturais. Essa revisão evidencia que o pensamento de Rubin não está isolado, mas integra um campo teórico dinâmico e em constante transformação.

Sexualidade como construção social: fundamentos e implicações

Um dos aspectos mais inovadores do pensamento de Rubin reside na crítica contundente às concepções essencialistas da sexualidade, que a compreendem como expressão direta de uma natureza biológica fixa e imutável. Ao romper com essa perspectiva, a autora insere a sexualidade no campo das construções sociais, destacando seu caráter histórico, contingente e relacional.

Essa abordagem encontra forte respaldo nas reflexões de Michel Foucault, que ao analisar os dispositivos de poder que incidem sobre os corpos, afirma que a sexualidade deve ser entendida como um “dispositivo histórico” (FOUCAULT, 1988). Isso significa que ela não existe fora das relações sociais, mas é produzida por um conjunto de discursos, práticas institucionais e saberes que definem o que pode ser dito, vivido e reconhecido como legítimo.

A compreensão da sexualidade como construção social pode ser aprofundada a partir da análise de Michel Foucault, que destaca o caráter histórico e discursivo desse fenômeno:

A sexualidade não deve ser concebida como uma espécie de dado natural que o poder tenta reprimir, mas como um dispositivo histórico: uma grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos e o reforço dos controles se encadeiam uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 100)

Essa perspectiva reforça a ideia de que a sexualidade é produzida socialmente, estando diretamente vinculada a mecanismos de regulação e controle.

Ao desenvolver essa perspectiva, Rubin não apenas reforça a ideia de que a sexualidade é construída socialmente, mas também demonstra que essa construção ocorre de maneira desigual. Ou seja, não se trata apenas de reconhecer a existência de múltiplas formas de viver a sexualidade, mas de compreender que essas formas são hierarquizadas e avaliadas segundo critérios morais e políticos.

Essa compreensão tem implicações profundas, pois permite deslocar o debate da esfera individual para a esfera estrutural. Assim, práticas consideradas “desviantes” deixam de ser vistas como problemas individuais e passam a ser compreendidas como resultado de processos sociais de exclusão e normatização.

Hierarquia sexual e produção da normalidade

A noção de hierarquia sexual proposta por Rubin constitui uma das contribuições mais relevantes para os estudos de gênero e sexualidade. Segundo a autora, as sociedades modernas organizam os comportamentos sexuais a partir de um sistema de classificação que atribui valor moral às diferentes práticas.

Nesse sistema, a heterossexualidade monogâmica, reprodutiva e institucionalizada ocupa o topo da hierarquia, sendo associada à normalidade, à moralidade e à legitimidade social. Em contrapartida, práticas que fogem desse padrão como relações homoafetivas, identidades trans, sexualidades dissidentes ou experiências não monogâmicas, são frequentemente posicionadas em níveis inferiores, sendo alvo de estigmatização, patologização ou criminalização.

Rubin (2017) observa que “as sociedades classificam os atos sexuais em uma hierarquia de valor”, evidenciando que essas classificações não são neutras, mas refletem relações de poder que favorecem determinados grupos em detrimento de outros. Essa hierarquização não se manifesta apenas em leis ou políticas públicas, mas também em discursos culturais, práticas institucionais e interações cotidianas.

A noção de hierarquia sexual em Rubin pode ser aprofundada com a seguinte passagem:

A maioria das sociedades distingue entre bom e mau, normal e anormal, aceitável e inaceitável comportamento sexual. Essas distinções não são arbitrárias, mas estruturadas de acordo com sistemas de valor que privilegiam algumas formas de expressão sexual em detrimento de outras, produzindo assim uma estratificação sexual que organiza a vida social. (RUBIN, 2017, p. 152)

Essa citação evidencia que a sexualidade é regulada por critérios normativos que produzem desigualdades, legitimando determinadas práticas e marginalizando outras.

No contexto brasileiro, essa lógica se expressa de forma particularmente intensa, uma vez que valores religiosos, tradições culturais e desigualdades sociais contribuem para a manutenção de padrões normativos rígidos. A persistência de violência contra pessoas LGBTQIA+, por exemplo, não pode ser compreendida como fenômeno isolado, mas como resultado de uma estrutura que legitima a exclusão.

A construção histórica do gênero feminino e sua inferiorização

A análise da sexualidade proposta por Rubin encontra um ponto de aprofundamento fundamental quando articulada com a história da construção do gênero feminino. Ao longo da história ocidental, a mulher foi sistematicamente posicionada como um sujeito inferior, tanto no plano simbólico quanto no material, sendo frequentemente associada à natureza, à emoção e à passividade.

Simone de Beauvoir (1949) sintetiza essa construção ao afirmar que “não se nasce mulher: torna-se”, evidenciando que o feminino é resultado de um processo social de formação e não uma essência biológica. Essa construção foi sustentada por discursos filosóficos, religiosos e científicos que legitimaram a subordinação das mulheres.

Na Antiguidade clássica, por exemplo, filósofos como Aristóteles já associavam a mulher à imperfeição. Na Idade Média, a influência da Igreja reforçou a ideia da mulher como moralmente frágil e suscetível ao pecado. Na modernidade, discursos científicos passaram a justificar a inferioridade feminina com base em diferenças biológicas, consolidando uma visão naturalizada da desigualdade.

Rubin contribui para esse debate ao demonstrar que a opressão das mulheres está profundamente ligada à organização dos sistemas de parentesco e à circulação de mulheres como objetos de troca entre grupos masculinos. Ao analisar o chamado “tráfico de mulheres”, a autora evidencia que a subordinação feminina não é acidental, mas estrutural.

Essa condição histórica produziu não apenas desigualdades materiais, mas também efeitos na subjetividade feminina. Ao longo do tempo, as mulheres foram socializadas para ocupar posições de submissão, internalizando normas que limitam suas possibilidades de ação.

Subjetividade feminina e internalização da desigualdade

A inferiorização do gênero feminino não se manifesta apenas em estruturas externas, mas também na forma como as mulheres constroem sua própria subjetividade. A internalização de normas sociais faz com que padrões de comportamento sejam naturalizados, dificultando a percepção da desigualdade.

Esse processo pode ser compreendido à luz da noção de dominação simbólica, na qual os indivíduos passam a aceitar como legítimas as estruturas que os oprimem. Assim, a desigualdade de gênero se perpetua não apenas por coerção, mas também por consentimento.

Nesse sentido, a sexualidade feminina é frequentemente marcada por controles mais rígidos, sendo associada à moralidade e à honra, enquanto a sexualidade masculina tende a ser mais permissiva. Essa diferença evidencia a persistência de uma dupla moral sexual.

Sendo assim a construção histórica do gênero feminino não pode ser compreendida apenas como um processo externo de dominação, mas também como um fenômeno que atua na dimensão simbólica. O poder simbólico exerce um papel fundamental na naturalização das desigualdades, fazendo com que estruturas sociais sejam percebidas como inevitáveis.

Nesse sentido, a inferiorização da mulher foi historicamente legitimada por discursos que associaram o feminino à fragilidade, à dependência e à emocionalidade. Tais representações não apenas justificaram a exclusão das mulheres de espaços de poder, mas também contribuíram para a formação de uma subjetividade marcada por limitações impostas socialmente.

Essa dinâmica evidencia que a desigualdade de gênero não se sustenta apenas pela força ou pela lei, mas também por meio da internalização de normas e valores.

Preconceito e resistência na difusão dos estudos de gênero

A expansão dos estudos de gênero tem provocado reações intensas, especialmente em contextos marcados por disputas ideológicas. No Brasil, o uso do termo “ideologia de gênero” revela uma tentativa de deslegitimar esse campo de conhecimento, associando-o a ameaças morais e sociais.

Essa resistência pode ser interpretada, à luz de Rubin, como uma reação à desestabilização da hierarquia sexual. Ao questionar normas estabelecidas, os estudos de gênero colocam em xeque privilégios historicamente consolidados.

No entanto, é importante destacar que, apesar das resistências, esses estudos têm contribuído significativamente para a ampliação de direitos e para o reconhecimento da diversidade.

Apesar de sua relevância, a obra de Rubin apresenta limitações, especialmente quando confrontada com teorias mais recentes. Judith Butler, por exemplo, questiona a ideia de um sexo anterior à cultura, propondo que o próprio sexo é construído.

Além disso, abordagens contemporâneas enfatizam a necessidade de considerar interseccionalidades, ampliando a análise para incluir raça, classe e outros marcadores sociais.

Sexualidade, moral e controle social

A relação entre sexualidade e moralidade sempre esteve profundamente ligada às formas de organização da sociedade. Ao longo da história, os comportamentos sexuais foram regulados por normas sociais, religiosas e culturais que determinavam aquilo que era considerado aceitável ou inadequado. Nesse processo, a sexualidade acabou sendo utilizada como uma importante ferramenta de controle social, principalmente sobre as mulheres.

Historicamente, homens e mulheres não foram julgados da mesma maneira em relação à sexualidade. Enquanto a experiência sexual masculina era frequentemente associada à virilidade e até mesmo valorizada socialmente, as mulheres eram pressionadas a manter padrões de pureza, recato e obediência. A virgindade feminina, por exemplo, durante muito tempo foi vista como símbolo de honra e respeito, especialmente antes do casamento. Da mesma forma, a maternidade era apresentada como destino natural da mulher, limitando sua identidade ao espaço doméstico e familiar.

Esse controle sobre o corpo feminino não acontecia apenas dentro da família, mas também por meio da religião, da escola e das próprias tradições culturais. Mulheres que fugiam dos padrões esperados costumavam ser julgadas, excluídas ou classificadas de forma negativa pela sociedade. Assim, a moral sexual foi construída de maneira desigual, reforçando uma estrutura em que os homens possuíam maior liberdade, enquanto as mulheres precisavam adequar seus comportamentos às expectativas sociais.

Nesse contexto, os estudos de Michel Foucault ajudam a compreender como o poder atua também sobre os corpos e os desejos. Para o autor, a sociedade cria discursos e normas que definem o que é considerado “normal” ou “aceitável” em relação à sexualidade. Dessa maneira, instituições como a Igreja, o Estado e a medicina passaram a exercer influência direta sobre a vida íntima das pessoas, regulando comportamentos e impondo limites.

A análise de Gayle Rubin também contribui para esse debate ao discutir a existência de uma hierarquia sexual. Segundo a autora, algumas formas de viver a sexualidade são mais aceitas socialmente do que outras. Relações heterossexuais, monogâmicas e voltadas para o casamento historicamente ocuparam um lugar de maior legitimidade, enquanto identidades e práticas consideradas fora desse padrão sofreram preconceito e marginalização.

Essa diferença no modo como homens e mulheres são vistos demonstra que gênero e sexualidade estão diretamente relacionados na produção das desigualdades sociais. O controle da sexualidade feminina serviu, durante muito tempo, para manter relações de poder e fortalecer valores patriarcais. Além disso, pessoas LGBTQIA+ também enfrentaram processos de exclusão e discriminação justamente por desafiar os padrões tradicionais impostos pela sociedade.

Mesmo com as mudanças sociais e os avanços nas discussões sobre direitos e igualdade, muitos desses mecanismos ainda permanecem presentes atualmente. Julgamentos sobre o comportamento das mulheres, violência de gênero e preconceitos relacionados à sexualidade mostram que essas questões continuam sendo alvo de debates e disputas sociais. Por isso, refletir sobre sexualidade, moralidade e controle social é fundamental para compreender como certas desigualdades foram construídas historicamente e como ainda influenciam a sociedade contemporânea.

Implicações contemporâneas

As reflexões apresentadas neste artigo possuem implicações importantes para a compreensão da sociedade contemporânea. Em um contexto marcado por disputas ideológicas, a análise da sexualidade como campo político permite identificar os mecanismos pelos quais normas sociais são defendidas ou contestadas.

No Brasil, debates sobre educação, direitos reprodutivos e diversidade sexual evidenciam a centralidade dessas questões. A resistência aos estudos de gênero, nesse sentido, pode ser compreendida como uma reação à transformação das estruturas sociais.

Ao mesmo tempo, a ampliação do debate público sobre essas temáticas contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, ainda que esse processo seja marcado por tensões e conflitos.

Conclusão

A obra *Políticas do Sexo* permanece como uma referência central para a compreensão da sexualidade como construção social e campo de disputa política. Ao evidenciar a existência de uma hierarquia sexual, Rubin oferece ferramentas fundamentais para a análise das desigualdades.

A articulação dessa perspectiva com a construção histórica do gênero feminino permite compreender que a inferiorização das mulheres não é natural, mas resultado de processos sociais complexos.

No contexto contemporâneo, marcado por tensões e resistências, essa abordagem continua sendo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dessa forma, compreender a sexualidade e o gênero como construções sociais não é apenas um exercício teórico, mas um passo fundamental para a transformação das relações sociais. Ao questionar normas e evidenciar desigualdades, abre-se espaço para a construção de novas formas de existência mais justas e plurais.

Referências

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.